

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

RENAULT, Sérgio Rabello Tamm. Sérgio Rabello Tamm Renault (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 21min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV e ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Sérgio Rabello Tamm Renault
(depoimento, 2009)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): João Marcelo Ehlert Maia; Tânia Abrão Rangel;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 24/08/2009

Duração: 1h 21min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral do CNJ”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Escola de Direito da FGV, entre abril de 2009 e abril de 2011. O projeto visa, a princípio, apenas a criação de um banco de fontes orais. A escolha do entrevistado se justificou por ser um renomado advogado e por ter sido secretário de reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (2003/2005).

Temas: Advocacia; Atividade acadêmica; Atividade profissional; Congresso Nacional; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Direito público; Magistratura; Márcio Thomas Bastos; Ordem dos Advogados do Brasil; Planejamento econômico; Poder judiciário; Reforma judiciária; Supremo Tribunal Federal;

Sumário

Entrevista: 24.08.2009

Arquivo 1: trajetória acadêmica, profissional e política do entrevistado até sua chegada no campo das discussões sobre a Reforma do Judiciário; o convite do então ministro Márcio Thomaz Bastos para a Secretaria de Reforma do Judiciário; a repercussão e os embates quando do início da implantação da Secretaria de Reforma do Judiciário; o contato com Márcio Thomaz Bastos e a atuação do entrevistado como advogado ligado ao direito público; comentários sobre os pontos fundamentais na reforma do Judiciário e as discussões para se tentar aprovar o Projeto de Emenda Constitucional que tramitava no Congresso, em vez de se elaborar um novo projeto; a importância do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dentro do projeto de reforma e comentários sobre sua composição; comentários sobre a aceitação e a oposição ao projeto de reforma dentro do Poder Judiciário e as discussões com a magistratura; a relação com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com as associações de magistrados e com os parlamentares; comentários sobre a súmula vinculante; a indicação do entrevistado para a composição do CNJ, a votação e não eleição; comentários sobre a definição dos eixos de atuação da Secretaria; comentários sobre o pacto republicano pela administração da justiça; a menor resistência em relação à reforma antes de sua aprovação e a possibilidade de se discutir outras questões a partir da aprovação; as dificuldades e resistências iniciais ao projeto de reforma e mesmo a implementação da Secretaria; o grupo de trabalho criado dentro da Secretaria para discutir a reforma; comentário sobre a ação de inconstitucionalidade em relação ao CNJ perpetrada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) no Supremo Tribunal Federal (STF) e o processo de apreciação e votação; comentário sobre a escolha dos membros externos do CNJ.

Arquivo 2: A oposição inicial da magistratura ao CNJ; a avaliação do entrevistado sobre a atuação do CNJ atualmente; a saída da Secretaria da Reforma do Judiciário e a ida para a Secretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil; a cogitação do nome do entrevistado para a Advocacia Geral da União (AGU) e sua saída do governo; a avaliação do entrevistado sobre todo o processo de reforma; a relação entre a Secretaria da Reforma do Judiciário e o STF; a importância da questão da gestão do Judiciário, possibilitada pelo CNJ; a criação do Instituto Innovare e o prêmio que busca uma inovação de gestão dentro do Judiciário; comentários sobre as atribuições do CNJ, sobretudo a questão disciplinar e a de planejamento.

Entrevista: 24/08/2009

João Marcelo Maia – No fundo, ainda não foram tantas, não é? Foram quantas? Cinco? Se tanto, não é?

Tânia Abrão Rangel – Acho que sim. Isso aqui acho que chegou a dar umas cinco horas.

Sérgio Rabello Tamm Renault – Ele perguntou o número de entrevistas.

J.M. – Não. Número.

T.R. – Ah, de entrevista?

J.M. – É. Inclusive, uma que, que não era uma pessoa central, foi só uma opinião...

T.R. – É.

J.M. – Não é?

T.R. – Aí tem a do Joaquim, do Plínio, do Jorge...

J.M. – De uns quatro, não é?

T.R. – Uns quatro.

J.M. – Sei que o último foi o José Jorge.

T.R. – É.

S.R. – Ah, já fizeram com o José Jorge?

T.R. e J.M. – Já.

J.M. – Era... ele era um que não lembrava direito e tal.

T.R. – É. Não, ele começou dizendo: “Eu não sei nada”, não é? Falou um monte, não é?

J.M. – “Eu relatei, mas não significa que eu entenda...”

T.R. – “Mas não sei nada”.

S.R. – Ele falava isso sem parar, que ele era um engenheiro...

J.M. – É, é.

S.R. – Que não tinha nada a ver com...

T.R. – Mas... e é engraçado porque ele tem acompanhado o Conselho.

S.R. – Tem?

T.R. – Tem. Ele falou: “Ah, eu tenho acompanhado, porque aí, não é? Eu já relatei, agora eu acompanho”. Também tem...

J.M. – Está tudo ok? Quando você quiser então... vai... está.

J.M. - Bom, dia 24 de agosto de 2009, Projeto de História Oral do Conselho Nacional de Justiça. Entrevista com Sérgio Renault. Muito obrigado por você ter aceitado o nosso convite. Em geral, nós sempre começamos com uma pergunta referente à trajetória, já que o senhor foi uma figura relevante nesse processo. Queríamos que o senhor contasse um pouco das suas primeiras experiências, no campo do direito, após sua formatura. Como, de certa maneira, você se encaminhou para essa agenda. Você vê alguma relação da sua trajetória até chegar a esse ponto da reforma do Judiciário?

S.R. – Bom, eu sou formado em Direito, formado em 81, pela Faculdade de Direito da USP, em São Paulo. E... eu sempre tive alguma ligação política assim, quer dizer, sempre por razões diversas acabei me interessando por política e tive sempre alguma atuação, não política, nunca me candidatei a nada, mas acabei tendo uma aproximação com políticos e pessoas ligadas à política, tanto é que... eu cheguei a exercer um cargo em São Paulo, que foi secretário da reforma administrativa, secretário da administração da gestão da prefeita Luiza Erundina. E porque eu tive durante um certo tempo alguma militância no PT. Cheguei a ser filiado ao PT, então no início, logo que o PT foi fundado e aí quando elegeu a Heloísa Helena em São Paulo, eu acabei sendo convidado para ser secretário lá... e essa foi a minha primeira participação política assim, profissional, vamos dizer, não é? E foi interessante porque, na verdade, foi uma coisa que também tinha a ver com reforma, porque era um projeto de reforma da administração de São Paulo, não é? Que havia naquele momento uma compreensão de que a prefeitura de São Paulo era muito grande e tinha uma estrutura muito centralizada e precisariam então ser criadas as subprefeituras, que é a descentralização da prefeitura de São Paulo. E então eu fui chamado para tocar esse projeto e foi muito importante na época e tal, acabou redundando depois na aprovação de uma reforma grande, reforma na prefeitura de São Paulo, com a criação das administrações regionais, que eram um projeto de descentralização. Aí, eu voltei para o meu escritório, entendeu? Eu já estava no escritório antes, permaneci no escritório durante essa ausência provisória porque tem essa... da prefeitura, depois voltei para o escritório e aí continuei advogando normalmente e tal. Aí, por conta da minha atividade profissional no escritório, eu fui convidado a participar de um projeto do BID, que ele financiava projetos de melhoria do Judiciário, de pesquisas em relações ao Judiciário no Brasil, em diversos lugares do mundo, mas no Brasil também, não é? E por conta de relações pessoais e tal, eu acabei sendo convidado a ir como advogado, eu e mais dois colegas, a fazer parte de um grupo de consultores que foi do BID para fazer uma pesquisa sobre funcionamento do Judiciário no Brasil, especificamente em relação a três ou quatro estados, eu acho que eram Bahia, Rio de Janeiro e não lembro mais o outro estado. E nós fizemos esse trabalho e foi um trabalho muito interessante porque chegamos a aprofundar bastante informações sobre o Judiciário desses estados, não é? E nessa época, não se tinha informação sobre o Judiciário em lugar nenhum, não é? Então é...

T.R. – E nem internet, não é?

S.R. – É, não tinha nada, não é? Então, foi um trabalho de pesquisa, de entrevistas e foi bem interessante... e por conta disso... bom, e concluímos esse trabalho... fui produzindo relatório e isso foi entregue ao BID... e bom. Aí, o Lula foi eleito presidente e chamou para ser o ministro o Márcio Tomaz Bastos. E eu fui à posse dele porque eu conhecia o ministro já, por conta da advocacia, de relações pessoais e do PT também, eu fui na posse dele. E na posse, ele me chamou a atenção porque ele falou muito de reforma do Judiciário, não é? E... eu nunca tinha conversado com ele sobre esse assunto. Mas eu fui lá, me chamou a atenção muito aquilo e tal e eu falei: “Bom... ele falou tanto de reforma do Judiciário que ele vai se interessar pelo produto dessa pesquisa”, que eu tinha acabado de fazer um pouco antes com o BID. Bom, aí marquei em seguida uma audiência com ele e fui lá para apresentar esse trabalho. Eu falei: “Olha, você falou tanto de reforma do Judiciário e tal, eu participei de um trabalho que eu acho que pode ter alguma utilidade nesse projeto seu de reforma do Judiciário”. E apresentei o trabalho para ele lá e tal. Bom... aí daí a poucos dias, ele me chamou lá de novo para discutir essas coisas, eu fui lá e expliquei um pouco mais o projeto... aí nessa conversa, ele foi e falou assim: “Eu queria te fazer uma proposta”. Eu falei: “Qual?”, “Eu queria te convidar para ser Secretário da Reforma do Judiciário”. Hum... eu não esperava aquilo... e nem fui lá para isso também. Fui lá só para apresentar esse produto do trabalho. E ele, então fez esse convite e eu falei que fiquei ao mesmo tempo... é, interessado porque... eu contei esse episódio da minha participação na prefeitura de São Paulo para mostrar que eu era uma pessoa que tinha um certo interesse por isso, vamos dizer assim. Não é que caía do nada não, eu acho que ele também imaginava isso, penso eu. Então, ele me fez... aí, pediu para eu pensar. Eu falei que não, que não podia, que eu estava no escritório, não sei o que e tal, e ele me falou que eu podia pensar... e ficou... e me ligava de vez em quando, eu pedia a ele uns quinze dias, coisa assim. E me ligava, e perguntava, não sei o que. Eu acabei então, por conta muito da insistência dele, eu resolvendo aceitar, mas sem muita clareza do que seria aquilo, na verdade.

J.M. – E ele não tinha dito isso, o que ele pretendia, exatamente?

S.R. – Não, ele achava que... ele tinha uma ideia de que era importante criar uma Secretaria da Reforma do Judiciário porque essa questão do Judiciário, do funcionamento do Judiciário e tal era uma coisa muito importante para o governo Lula porque ninguém nunca tinha pensado

nisso a partir do Executivo e o Brasil jamais se desenvolveria e a democracia no Brasil jamais se consolidaria se não tivesse um Judiciário diferente do que tinha naquela época. E... ele tinha participado também, na época da Constituinte, como presidente da OAB, quando foi discutida a Constituinte e naquela época já se discutia a criação do Conselho Nacional de Justiça. E... naquele momento da nossa conversa ali, ele sabia que havia uma Emenda Constitucional em tramitação no Congresso e a questão da reforma do Judiciário era importante pelo mau funcionamento do Judiciário, a lentidão da justiça, mas também pela necessidade do governo eleger a aprovação da Emenda Constitucional como sendo uma prioridade do governo e tal. Então, aí a ideia que ele tinha era basicamente essa. Aí, eu acho que eu estive mais uma ou duas vezes conversando com ele pessoalmente, antes de aceitar e tal. E quando eu aceitei, ele pediu então para eu pensar, não é? Ai, eu... quando fui lá para assumir, que deve ter sido pouco tempo depois dessa primeira conversa, eu já tinha refletido um pouco em o que que eu imaginava sobre isso, então, aí foi uma coisa meio construída a partir do convite dele, quer dizer, ele... eu não sei se ele tinha cogitado de chamar outra pessoa, acho que não. E é uma coisa desafiadora porque tinha essa particularidade que era o fato de ser uma bandeira que não era propriamente do Executivo, não é? Então, essa novidade ao mesmo tempo... era desafiadora, e... tinha um certo risco, enfim, tinha uma coisa que desafiava assim pela novidade.

T.R. – Dava para perceber, nesse primeiro momento, que falar em reforma do Judiciário era falar um pouco da reforma da administração da justiça ou isso ainda foi um segundo passo?

S.R. – Não, acho que dava. Eu tinha clareza disso. Nessas conversas que eu tive com ele, a gente tinha clareza de que esse era uma questão importante por conta da lentidão, não é? O mau funcionamento da justiça, nessa primeira conversa nossa, já tinha ficado claro que ela decorria um pouco da questão da gestão, e o resultado do relatório desse trabalho que foi contratado pelo BID já demonstrava muito claramente isso, que havia um problema de gestão importante ali, não é? Então, isso certamente foi um dos motores aí que moveu a decisão de eu aceitar e também de concordar com a avaliação dele de que era importante criar essa secretaria, porque o que me chamou a atenção quando ele falou em reforma do Judiciário no discurso de posse dele como ministro, ele falava em reforma e não falava em secretaria, ele falava que era importante a reforma do Judiciário. Essa ideia de criar uma secretaria, eu acho que é uma coisa que ele foi elaborando aí, eu não sei...

J.M. – A partir das conversas com o senhor?

S.R. – É, não só, imagino que não só comigo, mas também comigo e... talvez ele tivesse uma dificuldade de encontrar alguém que aceitasse aquela loucura...

J.M. – Empreitada?

S.R. – É, um pouco uma loucura porque não tinha muito essa... essa inovação, quer dizer, era uma coisa do Executivo pensada para o Judiciário, não é, então... e ele achava importante, eu lembro que cheguei a discutir, até a partir de conversas que eu tinha feito com outras pessoas, de que esse nome aí, Secretaria de Reforma do Judiciário era uma nomeação complicada que iria criar só por conta disso já uma resistência dos juízes e tal...

J.M. – E houve, não houve?

S.R. – E houve, mas também foi importante, não é, quer dizer, a gente achava que... era importante sinalizar que o objetivo realmente era esse, não é, quer dizer, era criar um... tinha que ter um *impacto*... o próprio anúncio da criação da Secretaria tinha que significar uma novidade e tinha que provocar um impacto e, enfim, o nome também tinha essa importância, não é?

J.M. – E isso provocou até na cúpula do STF, de alguma maneira se manifestou o Maurício Corrêa...

S.R. - É, não, foi muito violenta a repercussão...

J.M. – É? Como que foi esse embate assim no início da implantação da Secretaria?

S.R. – É, muito, muito complicado por conta disso, não é, quer dizer, primeiro porque, digamos assim, havia uma resistência muito grande em relação ao assunto reforma do Judiciário por conta da questão do Conselho, não é, porque naquela época a gente só falava em controle

externo do Judiciário... e é uma discussão que já tinha, sei lá, quinze anos na época, não é? Quase isso por conta da Constituinte. Então, quer dizer, se falar em reforma naquele momento, reforma era sinônimo de criar um controle externo. E controle externo já era uma coisa que encontrava uma grande resistência na magistratura. Agora, imagina discutir um assunto sobre o qual já tinha muita resistência, de fora do Judiciário. Então, havia razões de todos os tipos para aquele fato de criar uma secretaria ser entendido como sendo uma coisa indevida, não é, uma afronta... na verdade, era mais do que indevida era uma afronta ao Judiciário, não é. E... então, foi difícil, no início foi muito difícil, e... durante muito tempo foi difícil, não é, que foi... essa dificuldade não foi resolvida rapidamente não...

J.M. – Mas o senhor...

S.R. – A ponto de... aí, já depois de eu assumir e tal, a gente marcar aquele, nós combinamos de ele me levar aos presidentes dos... e eu lembro que não foi fácil marcar as audiências, a gente era recebido com muito reserva, não é? Uns não marcavam, acabavam marcando, mas foi uma dificuldade enorme, assim, para receber ali, ele ia me levar para me apresentar... para ser ali a pessoa que iria encaminhar aquela discussão, então, não foi fácil nesse início não.

T.R. - O Márcio Tomaz Bastos, como o senhor mencionou, ele chegou a ser presidente da Ordem, não é, justo na época da Constituinte. A sua atuação como advogado, dentro da Ordem chegou...

S.R. – Nunca tive.

T.R. – Nunca teve...

S.R. – Nunca tive atuação na Ordem, nem nunca disputei nada... a minha participação com o Márcio foi mais na época da campanha eleitoral do Lula, eu cheguei a participar de eventos assim de tentar reunir advogados para apoiá-lo, mas apoiar o candidato Lula e tal, não é? Quando surgiu o nome dele como sendo ministro, aí a conversa foi mais um pouco por causa dessa coisa da reforma...

T.R. – Mas já o conhecia como advogado lá em São Paulo?

S.R. – Não, aí sim... sim, como advogado e como... como pessoa próxima ao PT. Ele nunca foi filiado ao PT, mas sempre foi muito próximo ao PT e do Lula, não é? Sempre muito... então...

J.M. – Na ocasião do convite para a Secretaria, você estava basicamente atuando no setor privado? O senhor estava com alguma posição política?

S.R. – Não, nenhuma.

J.M. - Nenhuma, não é?

T.R. - A sua área de atuação na advocacia é empresarial?

S.R. – É... direito público... não é, direito público ligado a empresarial.

T.R. – Ah, está, da parte de regulação...

S.R. – É, basicamente das relações das empresas, das pessoas com o poder público, não é? Trabalho muito com licitação, concorrência, concursos públicos, esse tipo de coisa...

T.R. – Ah, legal...

J.M. – Tem uma entrevista, não é, que você deu a Isto É, em um determinado momento de todo o embate em torno da reforma... e o senhor listava cinco pontos fundamentais nessa entrevista da reforma do Judiciário. Mencionava o controle externo, a federalização dos crimes contra os direitos humanos, a autonomia das defensorias, quarentena para juízes e unificação de critério para concursos de promotores. Por que esses cinco pontos especificamente? Era uma estratégia, era uma...

S.R. – Isso aí é até engraçado, porque na verdade, foi seguinte... é... bom, então eu assumi, não é? Tinha que ter um projeto, um plano de trabalho e tal, não é, e... esse plano é... o ponto mais

importante, pelo menos o que teria mais visibilidade, era qual era a estratégia nossa a fim de viabilizar a aprovação daquela emenda que estava mal parada no Congresso, não é? Quer dizer, naquela época, eu acho, que há dez, doze anos que a emenda vinha tramitando, não é, e aí, sem solução, quer dizer, aí a impressão que a gente tinha era que se... hoje, eu acho que é uma constatação já, é de que se não houvesse uma priorização do governo naquele momento, essa emenda estaria lá até hoje, eu acho. Eu tenho muita clareza disso, eu acho que, é... se houve uma coisa importante da atuação do governo Lula em relação ao Judiciário foi a priorização da Emenda Constitucional, do Projeto de Emenda Constitucional na época, porque se não houvesse isso, eu acho que não teria passado, não é? Então o Márcio me chamou, a gente começou a conversar e sabendo, tentando definir qual seria a estratégia nossa em relação à atuação de toda a Secretaria, em relação, especificamente também, em relação ao Projeto de Emenda Constitucional. E aí, eu... depois de muita discussão, muita conversa houve muitas pessoas e tal, e a gente chegou à conclusão de que era importante definir primeiramente o seguinte: se nós iríamos tentar aprovar aquele Projeto de Emenda que estava lá no Congresso ou apresentar um novo. O discurso do Ministro Márcio, na época, é que nós tínhamos que refazer a reforma. É... ele começou o discurso dele, é importante até que vocês depois tentem captar isso dele, acho que é uma coisa importante, o discurso inicial dele era de que aquele projeto que estava no Congresso não servia para nada e tinha que ser refeito, não é? Aí, a partir de um processo de discussão, com ele, comigo lá e tal, eu acho que por conta de uma visão um pouco mais pragmática... nós acabamos nos convencendo de que não era esse o caminho, de que a gente teria que aprovar aquilo lá porque já era tão difícil aprovar aquilo que se a gente iniciasse de novo a gente não iria sair do lugar. Porque havia uma discussão muito grande em relação a diversos pontos, não só a esses que você falou aí, mas principalmente em relação ao Conselho, de qual era o modelo de Conselho que se pretendia, não é? Quer dizer, isso é preciso captar aí na pesquisa de que havia visões muito diferentes em relação inclusive ao resultado, não é... o PT não defendia esse projeto que foi aprovado. Ele defendia uma coisa muito mais radicalizada. Mas... é... a partir dessa conversa minha lá com ele, então nós... eu acho que eu tive um papel importante de convencê-lo e o governo de modo geral de que nós tínhamos que aprovar aquilo lá porque era o que nós tínhamos e... se conseguíssemos aprovar aquilo já era uma coisa importante, não é? Então nós... e aí eu fiz um trabalho de tentar identificar no Projeto de Emenda Constitucional quais eram os pontos que teriam, assim, do ponto de vista de imagem e de aceitação também, no senso comum das pessoas que lidassem com o Judiciário, quais

eram os pontos fundamentais. A reforma tratava de muitas coisas, mas aí nós achamos importante eleger alguns pontos. Aí, esses foram os cinco eleitos aí. Eu lembro perfeitamente disso: eu, depois de refletir muito, de pesquisar e tal, eu cheguei à conclusão de que esses cinco pontos eram o que viabilizariam a aprovação da reforma. Então, nós chegamos a dizer, talvez tenha sido dito isso na entrevista, não me lembro, de que a gente concordava em discutir, negociar alguns pontos da reforma, mas em relação aos cinco pontos, não, então, os cinco eram fundamentais, não é? Então, se fosse para abrir mão de alguma coisa, a gente abria mão de outros pontos, mas não desses, não é? É uma definição muito mais estratégica do ponto de vista político do que propriamente de conteúdo... é uma forma de viabilizar a aprovação da reforma. A gente queria, não é, chegamos à conclusão de que o importante era aprovar a reforma e tal. E mudamos um pouco o discurso, ele começou a mudar o discurso também para dizer que aquela reforma podia não ser uma maravilha, mas era um ponto de partida. Então... ele fala muito disso, ele fala até hoje.

T.R. – É, eu tenho duas perguntas assim ainda nessa fase da aprovação da PEC. É uma: o próprio José Jorge falou para gente, ou seja, quando ele pega a PEC e vê aquele bando de coisas, ele decide adotar uma estratégia. Então, ele separa algumas coisas, do tipo: “Isso aqui eu consigo aprovar”, e mantém na PEC, os outros ele coloca pra separado e diz ele que, e é verdade não é, os outros estão ainda até hoje lá no Congresso para ser aprovados. E já tem uns cinco anos isso, não é?

S.R. – É porque ele fez... a minha relação com o José Jorge lá foi muito importante, acho que foi muito boa, na verdade, porque ele fez isso mesmo, ele separou e aí, um pouco negociado lá com a gente, a gente, dessa negociação com ele, nós dissemos... que os pontos nossos eram esses aí, não é? E ele tinha uns outros lá, mas o fato é que juntando os dele com os nossos aí nós conseguimos fazer um projeto e o que... o que não era possível negociar, o que a gente achava que não ia ter viabilidade a gente separou e até hoje está lá tramitando, entendeu? Mas ali foi identificado o que teria, vamos dizer, de comum, não é? Entre o que ele pretendia e o que o governo, naquele momento, achava que era negociável. No fundo, no fundo, no fundo, a gente queria era o Conselho.

J.M. – O Conselho...

T.R. – Era isso que eu ia perguntar. Se dos cinco tinha um...

S.R. – É, é... a gente poderia até...

J.M. – Isso estava colocado desde o início ou foi durante o processo?

S.R. – É, não, foi. A reforma constitucional para a gente é o Conselho, entendeu? Quer dizer, a partir do momento que as discussões começaram a se aprofundar e as negociações começaram a ocorrer e tal... a gente foi vendo a importância de outros também, que são basicamente esses outros quatro aí, mas... para mim, eu não tinha dúvida, a gente poderia até abrir mão de, de quase tudo se o Conselho...

J.M. – Entrasse.

S.R. – Entrasse.

T.R. – E eu posso...

S.R. – Tanto é que ele me chamou, para você ter ideia, o Maurício Corrêa, por exemplo, eu lembro que ele me chamava de secretário do Conselho, secretário do controle externo, secretário do...

J.M. – Tudo, menos da reforma do Judiciário.

S.R. – É tudo... é... é o controle externo, é o controle externo então...

T.R. – E esse Conselho inicial, pensado pelo governo, era como? Em que medida era parecido ou diferente com esse que está aí?

S.R. – Não, pois é. O que, o que está aí, o que foi aprovado, é o que já estava na emenda, no Projeto de Emenda Constitucional. Que não era do PT, não é, e não era também de pessoas...

porque aí também havia uma coisa o seguinte: o PT e os setores mais avançados, vamos dizer assim, em relação à reforma, defendiam que o Conselho fosse um órgão de controle externo e não tivesse pessoas do Judiciário, não é, que tivesse só gente externa assim...

J.M. – Seriam juristas ligados ao partido, ou parlamentares?

S.R. – Não, não, poderia ser, não havia definição, não é?

T.R. – Poderia ser advogado...?

S.R. – Tinha um monte de ideia sobre isso, mas o importante era que não tivesse magistrados porque você eliminaria dessa forma essa coisa corporativa, que é muito forte no Judiciário e é mesmo, não é? Então, você deixar... é, esse Conselho ser gerido pelos membros do próprio Judiciário, isso não iria levar a nada, não é? Bom, aí nós fizemos uma opção pragmática, não é? Quer dizer, aquele Conselho poderia não ser o que a gente achava que era o ideal, porque tinham pessoas internas do Judiciário, mas tinha também gente de fora, não é? Então, é... foi uma mediação... a gente chegou à conclusão de que se a gente tentasse levar adiante uma discussão para eliminar os magistrados e os juízes da corporação do Conselho, a gente não iria chegar a lugar nenhum, esse Conselho não ia ser aprovado. Então, nós resolvemos decidir que o modelo que estava lá, não é, é o modelo adequado...

J.M. – Mas o senhor pessoalmente concordava com esses setores do PT que achavam mais interessante o ideal assim?

S.R. – Não, não. Acho que era uma fantasia. Eu acho só que o número de pessoas externas, eu acho que poderia ser maior.

J.M. – Poderia ser maior.

S.R. - Eu acho que, na verdade, ele... e eu acho é que os fatos acabam demonstrando isso um pouco. Eu acho que, que a composição dele poderia ter sido mais ampla no sentido de ter uma

participação menor de magistrados e tal. Isso eu achava e acho que a minha visão estava correta, mas aí era melhor entregar [inaudível]...

J.M. e T.R. – É.

T.R. – É, ainda na PEC, ela foi possível porque parte desse corporativismo, vamos dizer assim, dentro do Judiciário, não estava tão... coeso, não é? Ou seja, vocês tinham pessoas dentro do Judiciário que eram contra mesmo ao controle externo, e são até hoje, quanto a qualquer forma, assim, de forma de interferência, que não seja do próprio Judiciário nele mesmo, mas já começava a ter, nessa época, algumas pessoas já mais favoráveis, não é? Ou pelo menos mais abertas para discussão dentro do próprio Judiciário.

S.R. – É, aí foi o seguinte: eu acho que a partir do momento que apareceu um ministro como o Márcio... falando sobre a reforma como vinha falando... criou a Secretaria, e aí criou um ambiente... só esse fato - daí o acerto de ser ter criado a Secretaria - criou um fato novo e as pessoas que tinham uma reflexão sobre a reforma do Judiciário, sobre o Conselho, seja de fora do Judiciário, seja de dentro do Judiciário, começaram a aparecer e aí nós começamos a criar uma espécie de um grupo de pessoas que nos ajudavam nessa discussão. E... eu acho que nós talvez tenhamos dado sorte porque nas lideranças, por exemplo, do Judiciário, das associações de classe, estavam pessoas que tinham uma visão menos corporativista, não é? E queriam nos ajudar e foram criando uma condição de discussão do assunto e que a coisa acabou prosperando. Agora, a *resistência*... aí isso era muito maior que a aceitação.

J.M. – Cooperação.

S.R. – É, a resistência era total. Eles não aceitavam falar em Conselho... em controle externo, era um negócio que você não tem ideia de como era. Eu era hostilizado em situações assim de...

J.M. – Formais inclusive?

S.R. – É, de... que aí pelas associações, eu acabei sendo chamado durante muitas vezes em...

T.R. – Em eventos...

S.R. – Em eventos. Então, eu ia falar lá, não é? E aí, muitas vezes, aconteceu de eu ser quase hostilizado, não é? De maneira, assim pelo juiz e tal... era complicado, um negócio muito difícil...

T.R. – E como que foi para começar essa conversa? Com esse clima todo?

S.R. – Não, porque eles falavam que era uma interferência, uma coisa que, como é que, como é que uma pessoa, primeiro, não tem sentido ter o controle do Judiciário, não é? Então, havia uma coisa, principiologicamente contra o Conselho porque não era necessário ter um Conselho, porque o Judiciário não deveria ser submetido a nenhum tipo de controle. O controle deveria ser feito pelas Corregedorias, pelos órgãos internos e não havia sentido nisso. Ainda mais composto por pessoas de fora. Então... e a discussão sendo levada por uma pessoa que era do Executivo. Então, era uma coisa... a interferência era indevida por diversas razões, não é? Nela em si, no Conselho em si, pela forma que estava sendo levado, pelo governo que... aí teve um discurso, uma coisa do presidente Lula na época que foi muito falada e até hoje é, que ele em um determinado momento, é... pouco antes, eu acho, foi criada a Secretaria, ele falou que “o Judiciário é uma caixa preta”, não sei se vocês chegaram a...

J.M. – É, sim.

S.R. – E a maneira de abrir essa caixa preta era a criação do Conselho, e um instrumento para abrir isso era a Secretaria de Reforma. E ficou uma coisa amarrada na outra e essa coisa... havia membros do Judiciário e ministros do Supremo que saíram para falar contra... eu lembro... tem um artigo do Marco Aurélio, do ministro Marco Aurélio, na Folha de São Paulo, e... falando mal do Conselho e... quem controla, assim, eu lembro que era do controle do controle do controle, quem cria o controle, entendeu? Do controle do Judiciário, quem controla... o Conselho, aí fica uma coisa... [risos]

J.M. – Quem controla o outro?

S.R. – É isso aí, é... então uma coisa...

T.R. – E nos tribunais superiores, como que foi a atuação do...?

S.R. – Não, pois é. Então, o que eu acho é o seguinte: simplificando assim, o que a gente percebia é que havia uma resistência da criação do Conselho acho que em todos os órgãos superiores, não é, nos tribunais superiores... e se havia uma aceitação do Conselho era dos juízes mais novos, das lideranças de primeiro grau e... só. Eu não me lembro, para ser sincero, não me lembro de ter visto nenhum ministro assim de ter saído publicamente defendendo o Conselho. Depois que a coisa avançou, até apareceu o Nelson Jobim e alguns lá... mas no momento inicial, era, era...

J.M. – Deserto.

S.R. – É, foi um processo que, aos poucos, foi ganhando adesão, mas publicamente ele se posicionar a favor e tal...

T.R. – A OAB chegou a se aproximar da Secretaria para tentar ajudar nisso?

S.R. – Sim, a OAB e as entidades do... a OAB tinha uma luta histórica pelo Conselho, não é? Desde a época do Márcio como presidente. Então, na época da Constituinte, e tudo e tal... é, a OAB sempre apoiou. É... a OAB e essas... AMB também teve um papel importante nessa época e tal.

T.R. – A AMB, nessa época, ela estava a favor do Conselho?

S.R. – Não, era contra. Mas tinha pessoas da AMB com as quais a gente tinha interlocução, mas a AMB... não havia nenhuma entidade, por exemplo, eu estou falando de entidade, mas é bom separar, porque havia pessoas ligadas a essas entidades que se aproximaram de nós e ajudaram um pouco a pensar nas estratégias e tal. Agora, as entidades eram contra. Se eu não

me engano só a Ajufe era a favor. A Ajufe eu acho que era a favor. Mas a AMB não e... bem, muito, aí inclusive entrou com a ADIn...

T.R. – É, não... ela que...

S.R. – Só depois é.

J.M. – E o... perdão.

T.R. – Não, pois não. O Busato, em uma conversa por telefone - a gente ainda não fez entrevista com ele - ele chega a afirmar que teve uma época que ele e o Jobim e mais alguém que aí na hora ele não lembrava, chegaram a fazer caravanas pelo Brasil a favor do controle externo. De alguma forma, a Secretaria da Reforma do Judiciário chegou a participar disso ou tomou conhecimento dessa caravana?

S.R. – Da caravana assim não. Eu lembro de eventos que a gente ia, mas é... para ser sincero a gente fez isso muito no início, muito sozinho, não é? Aos poucos, a gente conseguiu mais pessoas e tal, mas nisso era uma coisa muito sozinho e muito calcado no prestígio... aí, é uma coisa do prestígio do Presidente, do ministro Márcio entendeu? Que a gente tinha espaço porque era o governo no começo e a Secretaria foi criada, acho, em maio de 2003.

J.M. – De 2003?

S.R. – É, quer dizer, quatro, cinco meses depois de ter sido iniciado o governo. Então, o governo estava indo muito bem, quer dizer, um prestígio muito grande...

J.M. – Capital político...

S.R. – É, então, tinha uma coisa aí para queimar, não é? Então, e o Presidente com esse discurso da caixa preta vem... então ele... esse assunto realmente foi criando um corpo, não é? Mas, as entidades...

T.R. – Nessa época estava acontecendo a CPI do Judiciário, não é? Que estava com aquelas denúncias todas, não é?

S.R. – Isso... eu acho que essa CPI foi anterior, não é?

T.R. – É, foi antes...

J.M. – É, em 99 se eu não me engano.

T.R. – É, é... não, mas aí depois sempre tinha uma... ela... a força dela...

S.R. – É. Mas essa discussão no Conselho, se você for levantar aí, na parte da Constituinte e tal... diversos momentos onde a CPI, e acho que em outros também, você vai encontrar momentos onde, por conta de uma conjuntura específica, essa questão surgiu como sendo uma forma... o controle externo como sendo uma forma de se moralizar o Judiciário, disciplinar e planejar, não é? Quer dizer, quando você falava em planejamento, os juízes, de uma certa forma, até poderiam... assim, a resistência era menor... na hora que falava em disciplina, em... aí era complicado. A resistência era muito por conta disso, não é?

J.M. – E como era no Parlamento, mais especificamente, com os partidos, as lideranças? Todos os partidos em geral, têm pessoas que vêm da área jurídica? Batiam muito na Secretaria? Batiam até no sentido de pedir audiência, de ir lá? Querer negociar...?

S.R. – É, batiam, mas... é, batiam, mas não, não passava...

J.M. – Não passava muito...?

S.R. – Não passavam muito não. Para ser sincero, a gente tinha até uma dificuldade porque do partido do governo, que era do PT, não é, não tinha ninguém no Senado ali que pregasse essa bandeira e não havia ninguém de formação jurídica inclusive, não é? Então, o nosso aliado ali era o José Jorge. [Risos]

T.R. – E era do partido, teoricamente, da oposição, não é?

S.R. – É, é... a relação com ele foi muito boa porque foi muito correta. Ele foi muito correto, eu acho, na condução do processo, ele... a coisa foi evoluindo bem, mas não tínhamos aliados ali. Foi uma situação difícil, foi uma coisa muito complicada.

T.R. – A aproximação com o José Jorge acontece em razão de ele ser o relator...

S.R. – Exatamente. Ele é o relator e o presidente da comissão, se não me engano, era o Edison Lobão... comissão do Senado que era... então, ele tinha assim. Mas era, era um trabalho de ir batendo em porta, era uma coisa difícil, viu, muito difícil...

J.M. – Tinha uma certa dinâmica da Secretaria, de semanas, de reuniões com a relatoria?

S.R. – Tinha, tinha... marcava...e....

J.M. - Terminava...

S.R. – Foi, foi...

T.R. – Era um trabalho de formiguinha.

S.R. – Era um trabalhinho ali difícil, uma coisa que não foi fácil não.

J.M. – Tinha muitos *lobbies* aparecendo assim e tal? Tira isso, põe aquilo...

S.R. – Tinha... mas é... o que havia de, de *lobby* era a resistência ao controle.

J.M. – Era basicamente isso.

S.R. – Essas outras questões que a gente colocou como sendo importantes porque eram importantes mesmo, elas não sofriam resistência organizada, vamos dizer, não é? Os outros pontos, o Conselho sim...

J.M. – Do Conselho sim, não é?

S.R. – Do Conselho sim.

T.R. – E junto com a história do Conselho Nacional de Justiça surge também o Conselho Nacional do Ministério Público. Do Ministério Público já não tinha...

S.R. – Não, no Ministério Público não, não havia resistência, até apoio, não é? Quer dizer, as organizações do Ministério Público sempre apoiaram. Até a Conamp, associação do Ministério Público sempre apoiou, não havia... e até fazia questão de dizer isso para se diferenciar um pouco dos juízes, não é? O corporativismo assim, vamos dizer assim, do Judiciário ele apareceu realmente foi através dos juízes do Estado, não é?

J.M. – Entre essas outras questões, que não eram tão centrais quanto o Conselho, mas que eu citei aqui na entrevista também, o senhor apareceu falando em umas entrevistas também sobre a súmula vinculante, que também era uma polêmica da época. Tinha uma posição do governo assim, especificamente sobre isso?

S.R. – É, a súmula vinculante foi um problema para a gente porque... na verdade, eram os dois pontos, não é, centrais da reforma, não é? Era o Conselho e a súmula vinculante. E com relação à súmula, senão me engano, nós tínhamos uma posição difícil porque... a OAB, por exemplo, sempre foi contra a súmula vinculante. O ministro Márcio tinha se manifestado diversas vezes contra a súmula vinculante, não é? E... vamos dizer assim, as pessoas mais evoluídas, mais progressistas e tudo, do Judiciário, e das advocacias, principalmente da advocacia eram contra a súmula vinculante porque havia uma avaliação de que a súmula vinculante era uma forma de engessar a liberdade, não é, de cercear a liberdade de convicção dos juízes de primeiro grau e tal. Então, eu sempre desde a época da faculdade... eu, até pessoalmente e as pessoas com as quais eu me relacionava, todo mundo era contra a súmula vinculante, não é? E havia um outro

discurso mais, atual, eu diria hoje assim, mais realista de que, na verdade, não é possível você, descongestionar o Judiciário e diminuir o número de processos sem a súmula vinculante, não é? Então, havia um discurso modernizante, vamos dizer assim, que achava que a questão de liberdade não era tão relevante, a questão da liberdade de convicção... e era importante fundamental para [inaudível]... Então, a discussão sobre isso acabou indo junto, acabou... a coisa evoluiu quase como se fosse o que eu estou dizendo hoje, na época, eu não sei se eu tinha essa clareza, de que quase como foi uma coisa meio trocada pela outra, não é? Então, tudo bem o Conselho, mas também tem que haver a súmula vinculante. Porque a cúpula do Judiciário, ao contrário do Conselho, era a favor da súmula vinculante, não é? E os juízes de primeiro grau eram contra e os juízes da cúpula eram a favor e... ao contrário do Conselho, o Conselho eram os juízes mais novos, poderiam ser até a favor e a cúpula era totalmente contra. Então, havia uma coisa aí assim e nós, no fundo, deixamos, vamos ver se o ministro Márcio vai repetir isso aqui, mas... Nós deixamos a questão da súmula vinculante e no final passou... e tudo bem. Mas você vai encontrar manifestação minha contra a súmula vinculante, em um determinado momento aí. Hoje, eu tenho uma avaliação crítica sobre isso. Eu acho que é sem dúvida, ela é importante. E nem trouxe também... tantas...

T.R. – Tanto engessamento...

J.M. – Tanto engessamento... Teve um momento em que também o senhor foi indicado, não é, como candidato do governo para a composição do CNJ, não é? Foi um processo meio turbulento, não é? Acabou sendo, não é? Que foi...

S.R. – É, é, aí acabou sendo uma coisa...

J.M. – O senhor perdeu a votação na Câmara para o Alexandre Moraes.

S.R. – É. Aí foi uma coisa chata pessoalmente assim, porque era natural que eu fosse candidato por conta do papel que eu tinha tido até então, não é? É, eu acho que era uma coisa que...

T.R. – Era uma forma mais ou menos do governo também ter certeza de que o órgão que ele estava criando também, que tinha batalhado tanto para criar...

S.R. – É, é...

T.R. – Cumpriria um pouco a finalidade, não é?

S.R. – É, é uma coisa, assim, natural, entendeu? É, quer dizer, não... tanto é que... o fato de meu nome ter sido colocado aí apareceu como sendo uma decorrência do processo, não é? Quer dizer... ninguém se surpreendeu com isso, eu acho que foi uma coisa... tinha um reconhecimento do trabalho que eu tinha feito e tal, e eu também, daquela altura, eu queria ver o negócio funcionar. Eu me envolvi realmente, diretamente nisso, não é? Mas foi em um momento político muito complicado, não é? Porque o presidente da Câmara tinha sido eleito lá, o... Severino Cavalcanti, foi uma derrota importantíssima para o governo, não é? Quer dizer, surpreendente, se vocês forem recuperar lá na...

T.R. – Falta de articulação...

S.R. – Foi uma derrota é... surpreendente, inesperada, não é, quer dizer. Levou... naquele momento, até então foi a maior derrota que já tinha tido...

T.R. – É, eu acho que foi a primeira derrota...

S.R. – É, é... primeira grande derrota. E a votação para o CNJ foi uma coisa assim de uns dez dias depois, por aí, da eleição do Severino e o Severino estava fortíssimo, não é? Ele tinha acabado de ser eleito e... a minha eleição era tida como tranquila também, quer dizer, e eu fui fazer campanha no Congresso, eu ia lá e tal, o ministro Márcio ajudando, eu fui recebido pelas lideranças todas e tal... era uma coisa tida como tranquila, não é? Aí, de repente, dois antes ou três dias antes apareceu um candidato do PFL, do DEM... eu acho que era PFL ainda, não é?

J.M. – Era.

S.R. – E bancado pelo tal do Severino, não é? E o candidato é o Alexandre Moraes, que é uma pessoa que tinha uma trajetória de professor de direito, era respeitado, com quem eu até me

dou, e me dou bem, e aí foi uma coisa assim, quer dizer, eu fui derrotado pela onda ali do Severino, entendeu? Não é... foi uma coisa momentânea, não é? Se fosse dois dias depois ou dois dias antes, eu não sei se teria acontecido desse jeito, não é? Então, é, foi uma coisa assim conjuntural, totalmente conjuntural e inesperada. Tanto é que nós chegamos à votação com a possibilidade de ganhar ainda. Eu lembro direitinho de eu lá no plenário lá com o Alexandre e a gente não sabia o que ia acontecer, na verdade, não é? Então, foi uma derrota para o governo, quer dizer, na verdade, foi uma outra derrota para o governo. Uma derrota menor do que a do Severino, mas foi uma derrota e... eu me lembro de ter ouvido depois do ministro José Dirceu... o meu nome, eu nem sabia, não devia ter entrado melhor nessa coisa, é, não houve uma desarticulação total momentânea ali, uma coisa de achar que teria que ter sido diferente e tal, e aí foi isso. Para mim, foi chato pessoalmente porque...

J.M. – Claro.

S.R. – Eu queria ter participado, quer dizer, e foi uma derrota, não é? Mas na verdade, não... eu nem assumi totalmente a responsabilidade porque eu acho que não foi minha derrota só, não é? Foi uma derrota do governo ali...

J.M. – É, é...

T.R. – E como que foi assim... aí, uma vez aprovada a emenda 45, o CNJ tem que funcionar... Como que fica a Secretaria da Reforma com o início do funcionamento do...?

S.R. – É, eu só queria... Antes, eu queria falar uma coisa que é importante, que já remonta aí à criação da Secretaria. Eu falei que a Secretaria foi criada, as razões que ela foi criada e tal, mas é... logo que eu assumi, e isso aparece até porque eu fui em um discurso de posse lá e tal. No meu discurso aparece a definição de uma coisa que foi... se há uma coisa que nós acertamos ali foi na definição dos eixos de atuação da Secretaria, que é uma espécie de um projeto da Secretaria, que isso valeu durante toda a minha permanência lá e depois também com o Pierpaolo e o ministro ficou falando sobre isso... sempre que falava sobre a reforma, que foi os três eixos de atuação da Secretaria e... é, os três eixos de atuação do governo em relação à reforma do Judiciário, não é? Então, um é a reforma constitucional que era a aprovação da

emenda. O outro eixo é a reforma infraconstitucional, ou seja, a aprovação de projetos de lei relacionados à matéria processual que complementaríamos a reforma constitucional e... eram tão ou mais até importantes que a reforma constitucional. E outra a questão da gestão, não é? A modernização da gestão. Então, se vocês forem ver a partir da minha posse até o dia que eu saí, eu falei todas as vezes nesses três eixos aí. E eu acho que foi um acerto porque até hoje eu acho que é isso mesmo: o problema do Judiciário se resolve é com esses três, é... com o enfrentamento da questão nessas três frentes, vamos dizer. Então, a reforma constitucional ainda tem pontos que precisam ser... aperfeiçoados da Constituição em relação ao Judiciário, então o processo é meio permanente... Tem os projetos de reforma processual, que nós chegamos a aprovar vários, não é? Mas ainda têm alguns para serem aprovados lá. E tem essa questão da gestão que é um trabalho que também tem que ser feito permanentemente, não é? Então, a definição desses três eixos, eu acho, foi importante porque deu à reforma e à própria Secretaria de Reforma uma condição de atuação que não era só o controle externo, entendeu? Então, daí nós tiramos um pouco essa coisa que a Secretaria estava no controle externo e tal e apontamos aquilo que eu acho que é realmente o essencial e acho que isso vale até hoje, entendeu? Então, eu estou convencido disso e... eu estou dizendo isso agora porque isso também justificava a existência da Secretaria a partir da aprovação da reforma, não é? Então, quando a reforma, acabou a Secretaria...? Não, tem outras coisas a serem feitas e tal.

T.R. – Foi enquanto você estava como Secretário da reforma que foi feito o primeiro pacto republicano, não é?

S.R. – Foi.

T.R. – Pela administração da justiça. Como que foi a...?

S.R. – É, esse, esse pacto foi um pouco isso, quer dizer, a gente... depois que aprovou a reforma, a gente, tinha se dedicado muito tempo àquele fato e tal... o que a gente percebeu é que a reforma constitucional criou um ambiente muito favorável para que outras questões em relação ao Judiciário fossem abordadas. A conjuntura mudou totalmente, não é? Quer dizer, aquele ambiente hostil, difícil e aquele corporativismo radicalizado na magistratura e tal... se desfez porque aprovou a reforma constitucional, foi uma aprovação muito significativa no Congresso,

não é? Quer dizer, a emenda constitucional tem que aprovar com dois terços, então foi uma coisa realmente, um momento importante, não é? Uma *vitória* importante.

T.R. – O senhor identifica então a aprovação... onde você começa a ter uma resistência menor?

S.R. – É, eu acho que, é não, é...

T.R. – Um pouquinho antes, não é?

S.R. – É, é... para aprovar a emenda certamente houve uma melhoria porque senão não teria sido aprovada, não é? Mas eu acho que o ambiente melhorou mesmo e criou condição para que outras coisas fossem tocadas adiante a partir da aprovação, eu acho. Porque ali, tinha... primeiro, voltando, tinha que ser instalado o Conselho, não é, tinham questões a serem regulamentadas importantes, tinha a questão da súmula vinculante que tinha também sido aprovada, então tinha que regulamentar a súmula vinculante. Então, tinha uma série de coisas decorrentes da Emenda Constitucional 45 e também outras que, que motivadas por esse novo momento, que tinham condições de prosseguir, não é? Então, eu acho que a aprovação da emenda... ela teve uma importância em si pelas questões que foram aprovadas, mas teve também uma importância conjuntural, talvez até mais importante do que... porque criou uma... eu acho que esse momento a gente vive até hoje, na verdade, não é?

T.R. – É quando talvez o Judiciário, ou pelo menos esse grupo mais resistente, não é, essa mudança, percebe que perdeu e que vai ter que viver assim, não é?

S.R. – É, eu acho que é uma nova realidade e essa realidade veio para ficar. No fundo é isso, porque hoje falar do Judiciário, discutir essa questão do Judiciário é uma coisa que todo mundo faz, não é, é importante que seja assim. É um órgão que cada vez está mais aberto e tem mais relação com o cotidiano das pessoas do que tinha antes, não é? Então, discutir o Judiciário, falar do Judiciário, e aprofundar essa reflexão e tal sobre o funcionamento do Judiciário, a importância que ele tem para a democracia no Brasil e tal... Isso passou a ser um *fato*, não é? E eu acho que isso ocorreu em virtude da discussão que nós iniciamos lá no começo do governo e culminou com a aprovação da reforma. Eu estou dizendo que a aprovação é importante porque

ela significou um resultado, uma vitória, depois de um processo, não é? Porque se não tivesse sido aprovada a reforma não sei o quê que teria acontecido porque, esse ambiente teria sido outro, não é? Quer dizer, o fato de a reforma ter sido aprovada e promulgada a Emenda Constitucional criou um ambiente, quer dizer, no fundo, quem defendia aquilo foi vitorioso. Então, havia um momento de vitórias importantes, não é? Que criou uma condição favorável e de muita satisfação, não é, e tal. Então, eu acho que isso... eu acho que mudou totalmente e acho que essa mudança é como eu disse, talvez seja uma das coisas mais importantes que se poderia dizer, que eu acho que a partir daquilo essa realidade mudou... e é isso que eu estou dizendo, quer dizer, as dificuldades que nós tivemos no início, elas parecem hoje inconcebíveis, inacreditáveis. E elas foram todas superadas porque esse processo foi encaminhado dessa forma, eu acho que foi um acerto na forma que foi encaminhado, o cuidado, não é, que tinha também uma... apesar de haver essa leitura de que há uma interferência e tal, a forma conciliadora de levar as discussões, de chamar os juízes... é... isso foi sempre feito com cuidado e com muito respeito, não é? E isso fez com que a gente tivesse... um pouco eliminando a resistência...

T.R. – O fato de ser um advogado que estava na Secretaria da Reforma e não um juiz, o senhor acha que, no começo só, porque depois não, deu tudo certo... no começo era...

S.R. – Eu acho que no começo era pior. Eu acho que qualquer coisa é ruim, não é? Tudo que a gente tinha que fazer ali era ruim, não é? É... o fato de ser o... mas ali o pior eu acho era o fato de ser o Executivo, entendeu? E aí qualquer um é capaz de imaginar, quer dizer, você imagina... é uma coisa realmente... foi criado, eu acho que nem existe uma situação semelhante a essa aí na história e tal. Foi criado um órgão dentro do Executivo para tratar da reforma do Judiciário, não é? Quer dizer, então... E eles perguntavam “quem vai criar então a Secretaria do Legislativo, a Secretaria do não-sei-o-que”... [risos] Então, para mostrar que a resistência maior é o próprio lugar onde estava localizado, não é? O quê que...

T.R. – É na época da Constituinte, não é, o Sydney Sanches, na época, que era o presidente do Supremo, quando colocam para ele o Conselho Nacional, que na época chamavam o Conselho Nacional da Magistratura, e não da Justiça... no projeto de Constituição, não é? Ele falou: “Olha, eu sou a favor do Judiciário...”

S.R. – Quem que falou isso?

T.R. – O Sydney Sanches... “... desde que se crie também um controle externo do Executivo e do Legislativo”.

S.R. – Era então...

T.R. – Era como ele dizia que era...

J.M. – Essa era a maneira de ele...

S.R. – Eu... isso é uma coisa importante, entendeu? A gente teve, eu tive muita cautela assim, muito respeito, então eu ia em qualquer ambiente, eu era hostilizado, eu ouvia aquilo e ficava tendo muita paciência porque eu achava que era uma coisa que a gente teria que ganhar o respeito, não é? E procurava as pessoas certas e tentava reunir um grupo de pessoas que tinha certa respeitabilidade. Então, foi um processo, não é? Aí, tanto é que demorou quase dois anos, dois anos e meio depois da criação da Secretaria para ser aprovada, apesar de ela estar vindo sendo discutida há mais de dez anos, não é? Então, não foi uma coisa simples assim, mas... o importante, é uma coisa que não foi mencionada por vocês, que eu acho que é importante, é que nós, eu criei um grupo de trabalho para discutir a reforma constitucional e eu chamei pessoas, é... juristas assim que eu achava que eram importantes para dar uma certa... respeitabilidade, dar uma certa consistência para a discussão de alguns pontos da reforma. Esse grupo não chegou a produzir nada assim, vamos dizer, um trabalho, nada disso, mas ela... para mim, foi importante porque dava uma certa respeitabilidade. Então, quem que eu chamei lá? Eu chamei o Luís Roberto Barroso, o Aristides Junqueira, o José Renato Nalini, que é um desembargador de São Paulo...

T.R. – Que já tinha sido presidente também da [inaudível]...

S.R. – Não... não.

T.R. – Não, eu achei que ele já tivesse...

S.R. – E tinha mais uma pessoa que eu acho que era o Wladimir Passos, que é um desembargador também do Sul. E esses quatro juristas, vamos dizer assim, é... eu chamei para dar essa coisa. Então, eu chamava de vez em quando, a gente fazia, fizemos algumas reuniões. E são pessoas que têm uma contribuição importante também... eu acho que *ajudavam*, quer dizer, eram pessoas que eram a favor da reforma. Que eu também só chamava gente que era a favor... senão não tinha sentido. E... tinham nome, não é? Então, o Barroso, o Aristides Junqueira...

J.M. – Se reuniram muito? Muitas vezes?

S.R. – É, foram algumas vezes. Uma meia dúzia de vezes aí e tal.

T.R. – E a reunião era como, assim? Cada um... era passada a pauta para eles e eles vinham com o controle de ponto?

S.R. – Eu, eu passava... porque eu... foi nesse processo de discussão com o Congresso, não é?

T.R. – É.

S.R. – Então, vinha uma proposta, alguma coisa, a gente passava o texto para eles, a gente chamava, a gente discutia lá em Brasília, eles iam à Brasília e a gente conversava e tal... e aquilo ia me dando mais condição de discutir, não é? Porque tinham coisas complicadas ali. Eu vou dar um exemplo de uma coisa que acabou não passando e era importante, não é? Acho que duas coisas aí em relação ao Conselho, só para centrar no Conselho. Um, criar a composição do Conselho. Isso sempre foi muito discutido, a gente acabou aceitando a composição proposta lá pelo acordo possível político. Uma outra coisa que foi discutida, até o finalzinho, é a atribuição do Conselho. A atribuição disciplinar porque havia uma expectativa, eu defendia isso inclusive, que o Conselho pudesse punir o magistrado com a punição máxima, que seria a exoneração, não é? E ele não acabou não passando com essa atribuição, não é? Então, só para você ter uma ideia do tipo de coisa que foi levantada na época. Então, para discutir uma coisa

dessa era complicado, não é? Mas nesse ponto, por exemplo, não havia acordo possível, não é? Tanto é que nós aceitamos abrir mão e... nós defendemos que pudesse fazer essa, que tivesse essa também esse poder...

T.R. – Aprovada a emenda, o Conselho começa a funcionar e ao mesmo tempo a AMB entra com a arguição, não é? Com a ADIn no Supremo...

S.R. – É, eu acho que...

T.R. – Aí, a Secretaria já não...

S.R. – Não, participava...

T.R. – Participou? Participou também?

S.R. – Participou... aí, eu acho que a AMB, na verdade, ela fez isso por conta de defender uma ideia antiga, uma coisa... Ela poderia ter tido uma posição diferente, eu acho. A AMB poderia ter defendido a criação do Conselho para que ele tivesse um papel, que é o que ele acaba demonstrando e tendo, que contribui para o fortalecimento do Judiciário, não é? Quer dizer, porque havia uma preocupação de interferência nas decisões dos juízes, essa é uma coisa que eu falei duzentas mil vezes, não é? Quer dizer, “não, o Conselho não vai ter atribuição...” quer dizer... para tentar eliminar a discussão sobre a criação do Conselho, eles diziam que o Conselho ia interferir na decisão de... imagina... na convicção do juiz... e a gente falava que não, não é? Então, é... se a AMB tivesse tido condições de defender uma posição mais clara sobre isso, eu acho que não teria tido problema. Mas em função do que ela vinha falando há anos, há décadas, sei lá, ela tinha que ser contra, ela foi contra e entrou com a ADIn meio em consequência disso, não é? Tanto é que, depois de a ADIn ter sido julgada favoravelmente à constitucionalidade do Conselho, a AMB parou de falar nisso, eu acho, não é? E acabou se valendo. Eu sei que a AMB recorreu ao CNJ diversas vezes, não é? E obteve no CNJ, ganho em relação a algumas posições dela que foram importantes, não é? Então, eu acho que aí foi um equívoco decorrente do que havia sendo dito há muitos anos... a direção da AMB em diversos momentos falava uma coisa publicamente, para o público dela, e para a gente

seguidamente falava outra, não é? Ela tinha que levantar aquela bandeira porque tinha que levantar e tal...

J.M. – Mas havia algum medo no governo de que a ação progredisse assim ou ia encontrar esse encolhimento lá?

T.R. – Que pudesse...

S.R. – Havia, claro que havia. Havia uma preocupação grande com isso. A gente, imagina, nesse momento, se perdesse aquilo ali, seria o fim, não é? Então, havia.

T.R. – Eu acho que foi o Marco Aurélio, não lembro porque eu não estou com o voto aqui...

S.R. – Eu não lembro mais como foi essa votação...

T.R. – É, é...

S.R. – Eu tenho... eu não lembro...

T.R. – Tem. Na verdade, acabou, passando por uma margem bem apertada. Assim, o Marco Aurélio chega a mencionar que antes do Supremo colocar em pauta essa ADIn houve uma votação secreta ali, entre eles, sobre o projeto de emenda, sobre a PEC e que o Supremo, na votação da PEC, a maioria tinha sido contra. E aí, na hora coloca em julgamento, ele não chega a mencionar no voto dele, quem votou contra, não é? Mas na hora do julgamento você vê: ele, Marco Aurélio, fica completamente contra... por tudo...

S.R. – É, foi só ele, não é?

T.R. – É, foi.

S.R. – Contra totalmente foi só ele...

T.R. – Todo, foi só ele. E os outros o julgam a maior parte constitucional, os outros que são contra, não é, e ficam contra só a questão mesmo do representante da Câmara... e do...

J.M. – É.

S.R. – Do Senado.

T.R. – E do Senado por serem pessoas estranhas...

J.M. – Externas, estranhas, estranhas.

S.R. – É, isso aí é que, na verdade, o relator foi o Peluso, não é?

T.R. – É, foi.

S.R. – Que foi um...

T.R. - Que daí, foi a favor...

S.R. – Que foi um voto *importantíssimo*. Eu acho que foi, talvez, o voto mais importante do Peluso até hoje lá no Supremo. Foi um voto muito, muito bonito e muito consistente e acho que foi fundamental para a decisão que o Supremo tomou. Mas a discussão básica que havia era essa mesma com relação à participação dos externos, não é? E que, no fundo, essa ideia é da essência, não é? Que foi aquilo que eu falei no início, não é? Quer dizer, se... a discussão sempre foi em relação a essa composição, não é? Que... havia uma parte que defendia que deveria desde de ter só membros de fora e a outra defendia só gente de dentro. E o que foi possível foi colocar esses dois membros de fora, não é? Que é muito pouco, em relação aos quinze membros que tem, mas é uma coisa, não é? Então, por isso que a gente defendeu a aprovação da forma que estava e mesmo assim as resistências já eram grandes... e havia também uma discussão, participei muitas vezes nisso, porque não bastava que fossem dois membros de fora. A gente tinha que pensar também como que eles seriam escolhidos. Isso era uma coisa que sempre foi muito polêmica, não é? Porque que teria que ser a Câmara do Senado?

Então, foi decidido assim porque não se pensava... não se conseguiu pensar em uma alternativa a essa forma de escolha porque... eu sempre tive muito medo dessa forma de escolha do...

J.M. – Câmara e Senado.

S.R. – Câmara e Senado porque achava que poderia... como até hoje eu tenho medo de...

T.R. – Politizar, não é?

S.R. – De se politizar isso, não é? E ainda havia ameaças de se indicar ex-deputado, ex-senador, sei lá, essa coisa de haver aí um cabide de ex-políticos aí...

T.R. – Mais um...

S.R. – É, mais um...

T.R. – O José Jorge, para gente, não é, pelo menos na entrevista ele disse que sempre viu essa indicação do Senado como alguém que vai ter que ser alguém mais independente, alguém voltado para a academia, alguma coisa assim para ser a pessoa estranha, não é? Porque ele falava, não é, é o que ele falou para a gente: a OAB tem representante dela, a gente não tem que por outra pessoa para representar a OAB. Ela já tem, então tem que ser também da área jurídica, óbvio, mas com uma certa independência e tudo.

S.R. – É, porque o que a emenda fala é que tem que ter notório saber jurídico. Isso, na verdade, não há, em tese, necessidade de ter formação jurídica, não é? Uma formação acadêmica, quer dizer. Mas essa discussão foi muito grande, não é? Quer dizer, eu achava que quanto mais distante, vamos dizer, do Judiciário, da corporação, melhor...

T.R. – Mais imparcialidade...

S.R. – Mais teria esse caráter externo, independente e imparcial, não é? Porque o que se pretendia era fazer com que esse órgão tivesse uma configuração muito diferente do que tinham

as Corregedorias, não é? Que sempre existiram e nunca fizeram nada... completamente, não é? Nunca... acho até que depois da criação do Conselho, das discussões sobre o Judiciário no Brasil algumas Corregedorias começaram até a ter uma atuação melhor. Mas foi em consequência também desse processo, não é? Antes a Corregedoria era uma coisa para não fazer nada.

T.R. – Para inglês ver, não é?

S.R. - E... não tem nenhum tipo de consequência, não é?

J.M. – O senhor saiu da Secretaria da Reforma, não é? E acabou indo para ser o Subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Isso teve a ver com o processo na Câmara da escolha para...

S.R. – Não, aí foi um processo pessoal meu, quer dizer, eu...

J.M. – Quer dar uma paradinha agora?

T.R. – Ah está. Então, a gente...

J.M. – Fica com essa no pause.

T.R. – No pause.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

S.R. – É, o Conselho do MP, nunca eu senti resistência no MP com relação ao Conselho. Eu acho que... a resistência mesmo é da magistratura viu...

T.R. – Mas era muito forte, não é?

J.M. – Mas ela era... está.

S.R. – A resistência em relação à criação do Conselho sempre foi da magistratura e... não me recordo de nenhuma resistência que não viesse da magistratura, não é? E... então, o CNMP, ele foi aprovado meio que em consequência da criação do...

T.R. – Do Conselho.

S.R. – E a gente até evitava, para falar a verdade, de falar no Conselho do MP porque aí vinha variações, não é? Então, “aí também precisa criar o Conselho da Polícia Federal, o Conselho do Legislativo, do...

J.M. – Aí, desfocava, não é?

S.R. – Aí, tirava o enfoque, não é?

T.R. – Aí, ficava uma loucura...

S.R. – Na verdade, um era consequência do outro, porque a gente achava que o fundamental mesmo era a magistratura, tanto é que a resistência vinha dali. E acho que os fatos demonstraram que era ele mesmo que era importante, não é? Eu acho. A atuação do CNMP ainda está, na minha avaliação, não é, está mostrando para que veio, não é?

T.R. – É, é.

S.R. – Não sei exatamente o que ele está fazendo não, para ser sincero... e o CNJ, não. O CNJ tem uma atuação importante e tal, não é?

J.M. – Hoje, qual é a sua avaliação assim, não é, do CNJ, em atuação... Como você vê? O que é que falta?

S.R. – É, eu... bom, eu tenho uma avaliação positiva, muito positiva em relação ao Conselho. Acho que ele... continua no início... as deficiências que ele tem são um pouco em decorrência do pouco tempo de existência, eu acho. Na verdade, o Conselho ele pode... ter frustrado quem

achava que ele era a solução para todos os problemas e pode ter frustrado também outros que achavam que ele não veio para nada, ou seja, ele não resolveu todos os problemas, mas ele também, não é que ele não fez nada. Então, ele teve avanços importantes e... só pelo fato de ter abordado algumas questões aí que eram meio tabu no Judiciário, eu acho que já justificava a existência dele apesar de saber que ele veio para fazer coisas muito além dessas, não é? Porque, por exemplo, o nepotismo, o teto, coisas desse tipo. Mas eu acho que ainda tem um processo de aprofundamento e continuar a perseguir esse trabalho, não é? Para ser uma resposta bastante simples, acho que é uma criação muito positiva, acho que as pessoas já percebem isso, acho que há um certo reconhecimento do papel que ele tem e as deficiências que eventualmente ele tenha decorrem do pouco tempo que tem, eu acho, e... Talvez seja um processo que vai e volta também, não é? Depende um pouco da direção, depende um pouco da ênfase que os conselheiros em algum momento vão dar ou deixar a ele, a sua atuação, quais os pontos que vão ser mais ou menos abordados, alguns mandatos podem privilegiar a questão da gestão, outros a questão disciplinar, não é? Então, aí, é uma coisa de ver o decorrer do tempo, não é? Mas hoje eu tenho a convicção de que é muito importante a existência do CNJ para o funcionamento do Judiciário no Brasil, não é? Você tinha perguntado... é...

T.R. – Eu perguntei...

M.J. – É, eu tinha perguntado da sua trajetória depois que o senhor saiu da Secretaria da Reforma para a Casa Civil...

S.R. – É, aí, o que aconteceu depois da aprovação da reforma... e também da assinatura do pacto lá republicano, é... por um Judiciário mais rápido e eficaz, é... Pacto dos três poderes por um Judiciário mais rápido e republicano... acho que é isso.

J.M. – É.

S.R. – É... depois da assinatura disso, da aprovação pelo Congresso de algumas leis processuais, eu achei que... do meu ponto de vista pessoal, eu estava meio dado. Não via muito sentido em continuar ali porque, do ponto de vista pessoal, eu já estava satisfeito. Aí, eu queria voltar para a advocacia. Aí, falei duzentas vezes que eu queria voltar para a advocacia com o ministro

Márcio. Aí, ele falou não, não. Aí, ficou aquela coisa e tal até que me convidaram para ir para a subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, que é um cargo com muito menos visibilidade do que a Secretaria da Reforma, mas é mais complicado, eu acho. Mais responsabilidade assim, mais... mais complicado. E aí eu fui para lá. E aí fiquei lá o resto do... quando... porque isso coincidiu... esse momento da aprovação da reforma, do Pacto e tal coincidiu com a saída do José Dirceu da Casa Civil. Aí, a ministra Dilma assumiu.

J.M. – Aí, ela te convidou?

S.R. – Aí, ela precisava de alguém que fosse o chefe do jurídico lá e pediu indicação para o ministro Márcio e ele foi e me indicou. E... aí foi assim que aconteceu, não é? Agora, esse cargo, ele tem uma função importante. Ele é o chefe da consultoria jurídica da Presidência da República, não é? E por ali passam todos os documentos, todos decretos, todos os projetos de lei, medidas provisórias...

T.R. – Nossa, muita coisa.

S.R. – Que são assinados pelo Presidente da República. E a pessoa que está lá nesse cargo é a pessoa que despacha todo dia com o Presidente. Então, a gente fala todo dia com ele. É a última coisa que a gente faz do dia... é ir lá despachar com o Presidente e tal. Aí, eu fiquei lá e aí eu fiquei até o final do governo. O ministro Márcio saiu, aí eu saí junto com ele.

J.M. – Ah, está.

S.R. – Aí, eu saí porque eu que quis sair. Ele até me pediu para ficar, mas eu quis sair porque aquilo lá ia me matar...

J.M. – Mas o senhor já estava cotado também para a AGU, não estava?

S.R. – É, eu cheguei a ser...

J.M. – Nem pensou?

S.R. – Mas também aí eu já estava muito cansado de trabalhar. Aquilo ali foi uma consolidação pessoal, não é?

J.M. – Ah, está.

S.R. – Porque... eu cheguei a ficar quatro anos em Brasília. Achei que era tempo suficiente e aí quis voltar.

J.M. – Quis voltar.

T.R. – E aí o senhor ficava em Brasília de segunda à sexta, direto?

S.R. – É. Foram quatro anos, desde o começo do governo até o final do primeiro mandato do Lula.

J.M. – Do primeiro mandato...

S.R. – E esse cargo aí de subchefe da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, ele é um cargo que tem duplo comando. Você responde ao ministro da Casa Civil mas também ao Presidente, não é? E quem me antecedeu lá - e essa história da AGU decorreu um pouco disso também - quem me antecedeu nesse cargo é o Toffoli, o José Antônio Toffoli, que depois foi para a AGU. E quem antecedeu, quem foi de lá também foi o Gilmar Mendes que...

T.R. – Que também era da AGU...

S.R. – Então é um caminho... tanto é que depois que o Toffoli saiu de lá, ele foi para a AGU e agora falam que ele vai para o Supremo.

T.R. – É.

S.R. – E eu, falavam que eu ia para a AGU, entendeu? Então, é uma coisa meio... as pessoas acham que...

T.R. – E nessa aproximação... óbvio que daí, não é, ter que despachar todo dia, acabou aproximando o senhor também do Presidente. E no segundo mandato...

S.R. – É, ele queira que eu ficasse lá e tal e...

T.R. – É.

S.R. – Então, aí era isso que eu falei. Eu já estava decidido, não é, a voltar. Então, eu voltei e... houve essa cogitação aí com a AGU, mas eu também não... nem... deixei o assunto lá porque eu não queria também. Queria voltar para a advocacia e tal.

T.R. – É, a advocacia é...

S.R. – É, aí eu acho assim, não é? Quer dizer, se eu for fazer uma avaliação sobre esse processo todo eu acho que foi uma contribuição importante, quer dizer, eu acho que a reforma avançou bastante, eu acho que talvez eu pudesse ter avançado mais, mas acho que muita coisa avançou. Mas se for para fazer uma avaliação, assim, um saldo dessa história, a minha avaliação é positiva, principalmente pela possibilidade que se criou de se discutir o Judiciário, de se refletir sobre o Judiciário, não é? E... fazer com que essas questões fossem discutidas abertamente e de uma forma transparente e não fechadas no Judiciário, não é? Tem coisas na reforma que parecem incríveis que significassem um avanço, mas significavam, não é? Então, por exemplo, o fim das sessões secretas nos tribunais, não é? Como é que deveriam ser eleitos os órgãos especiais dos tribunais. Isso tudo são coisas que acabaram passando junto com a reforma e que... poderiam parecer coisas elementares, mas o fato é que antes não eram assim, não é? Então, você imaginar que os órgãos especiais dos tribunais, que são os órgãos responsáveis pela administração dos tribunais, não é, eram compostos, antes da reforma do Judiciário, pelos juízes mais antigos... me parece uma coisa de três séculos atrás, não é, e assim... e foi difícil mudar isso, não é? E você, como é que você vai imaginar que um órgão se recicle e se modernize se as pessoas que vão comandar são os mais antigos...

T.R. – É.

S.R. – Então, coisas elementares assim que pareciam óbvias, não é, foram superadas porque foi possível fazer essa discussão e essa compreensão acabou fazendo parte um pouco do cotidiano, mas antes não existia, não é?

T.R. – É.

S.R. – É, porque daí mesmo essa discussão do órgão de controle externo, hoje se você for recuperar isso na história, como é que foi essa discussão antes, a discussão que houve lá nem se coloca mais, ninguém fala em interferência, ninguém está preocupado com isso, ainda mais porque essa interferência não ocorre, não é? Mas isso parecia fundamental, não é? Os dados que se tem sobre o Judiciário, sobre remuneração de juiz hoje em dia, hoje você tem esses dados, essas informações...

T.R. – Antes não...

S.R. – Antes, você não tinha. Era um negócio... Eu tive um determinado momento lá na Secretaria que nós fizemos um diagnóstico do Judiciário. Nossa Senhora! Eu apanhei pior do que... que coisa horrível, porque nós fizemos um diagnóstico do Judiciário. Quantos juízes tinham no Brasil, quanto que o juiz ganhava, não é? Nossa, foi um...

T.R. – Uma loucura, não é?

S.R. – Fui torpedeado assim pela imprensa, por todo mundo, porque não existia isso, não é? Então, a partir daquilo lá, hoje o CNJ faz pesquisas, faz, não é, estatísticas sobre o número dos processos, quanto que o juiz... então, aquele momento possibilitou que essas coisas se aflorassem, não é? Eu acho que foi importante mais por isso do que pelo resultado concreto assim, eu acho.

T.R. – E... agora assim, só para, para terminar mesmo. No Supremo, a Secretaria acabou se aproximando mais de quais ministros, assim, que eram mais simpáticos, assim, até mais abertos a receber a própria Secretaria; ou não, o Supremo...

S.R. – Olha... no Supremo, diretamente, eu não tive essa resistência assim. Tive do Maurício Correa, que era um ministro mais...

T.R. – Mais antigo. Mas que também logo depois se aposentou.

S.R. – Logo depois, ele saiu. É, do Supremo eu sempre fui muito bem recebido, assim. Mas o fato de ser bem recebido não significava também que teria apoio, não é?

J.M. – É, é, não significava... que era uma aprovação entusiástica.

T.R. – É, é.

S.R. – É. Aí, é... muito vaiado, não é? Quer dizer, a gente fazia reuniões com vários ministros do STJ e aí... era difícil marcar, às vezes era hostil e tal, mas... é... o fato era que não tinha apoio, entendeu? Era difícil porque a gente falava em uma coisa meio no deserto... você falava e falava...

T.R. – É.

S.R. – Dos ministros do Supremo, era um pouco mais fácil porque vários ministros foram indicados pelo presidente Lula, não é? Então, esses aí...

T.R. – Muitos também não têm trajetória dentro da magistratura, não é? E isso até facilitava...

S.R. – É, e olha uma coisa. Isso é um dado interessante. Eu lembro que no momento de escolha dos ministros do Supremo, é uma questão que era sempre colocada quando o ministro era escolhido, se ele era ou não a favor do controle externo, entendeu? E eu acho que dos ministros

indicados por ele, todos acabaram votando a favor do controle externo, porque isso fazia um pouco parte do processo aí de...

T.R. – De seleção.

S.R. – De seleção, entre aspas, não é? Quer dizer, naquele momento, do jeito que aquela discussão estava sendo colocada, não tinha sentido o presidente indicar alguém que fosse contra um projeto...

T.R. – Uma agenda dele, não é...

S.R. – Tida como uma agenda dele, uma agenda importante, não é? Eu só queria falar mais uma coisinha sobre a questão da gestão aí que eu acabei não falando e eu acho que é o importante, não é? É... a gente identificou essa questão da gestão como sendo uma coisa fundamental para o Judiciário e acho que é um dos pontos que o Conselho está atuando e pode atuar mais fortemente porque independe de aprovação de leis e mesmo da Constituição, não é? E eu estou convencido de que essa talvez seja uma das maiores dificuldades do Judiciário, seja essa coisa da gestão. E os juízes têm uma dificuldade enorme de lidar com isso porque eles não têm formação para isso, não é? Tanto é que você vai encontrar declaração minha dizendo que - isso é uma discussão que houve na época também - eu disse “quem deveria gerir os órgãos do Judiciário deveriam ser juízes, ou profissionais e tal”. Então, essa foi sempre uma discussão grande, mas o que eu estou querendo dizer, na verdade, é de que a melhoria do funcionamento do Judiciário, que tem a ver com a lentidão e com a necessidade de maior rapidez de tramitação dos processos, tem a ver com a gestão. E um dos projetos importantes que a gente fez lá é um projeto que continua até hoje, com o qual eu estou envolvido até hoje, então por isso que estou falando disso, que é o Innovare, que é o Prêmio Innovare, que é um projeto que foi concebido lá na época.

T.R. – Ele está aqui.

S.R. – E... é um projeto que tinha uma coisa inovadora também, que foi um projeto criado do Executivo, não é? Quer dizer, tinha o apoio da Secretaria da Reforma, é... os parceiros desse

projeto eram todas as associações dos juízes, não é? E ele tinha um financiamento de uma empresa privada que na época era a Vale. Hoje em dia, a Vale saiu e agora quem financia o projeto é a Rede Globo, não é? E... esse projeto é uma coisa importante porque depois que nós saímos do governo, nós criamos uma associação civil, que é uma associação composta por essas entidades mais o Ministério da Justiça e... hoje, como eu disse, financiado pela Rede Globo, e o presidente é o ministro Márcio, eu sou o diretor dessa entidade e ela continua tocando esse projeto. Então, a ligação que eu mantenho com essa questão toda é através desse instituto, foi criado o Instituto Innovare e... é uma coisa que dá muita satisfação para a gente porque os resultados desse projeto são muito positivos e mantêm alguma ligação nossa com essa questão.

T.R. – Ah, está.

S.R. – Então, eu acho que é uma coisa importante...

T.R. – Então, aí é... é interessante pelo seguinte: o Innovare é um prêmio onde as pessoas do Judiciário, e não só os juízes, não é, mas também advogados, promotores, defensores...

S.R. – Isso.

T.R. –... eles podem cadastrar práticas que eles mesmos estão fazendo, ou seja, então é um prêmio que busca uma inovação de gestão dentro do próprio Judiciário.

S.R. – É, porque a gente tinha uma informação - acabou se confirmando como sendo verdadeira - de que havia, como há ainda... primeiro o seguinte: o Judiciário é uma estrutura muito complexa, muito grande, muito pouco conhecida, não é? Então... e ela não é uniforme, não é? Então, você, para qualquer advogado que vai advogar em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Piauí...

T.R. – É, a gente sempre pensa que...

S.R. – Parece que é outro código de processo. É, exatamente. Exatamente.

T.R. – Esse é... esse...

S.R. – Todos sempre... todos os advogados. Então, o que a gente percebe é que essa desuniformidade, vamos dizer assim, ela é muito grande, ela prejudica muito o funcionamento do Judiciário. Mas uma coisa que a gente constatava lá na época é de que mesmo assim, com essas dificuldades todas e tal, você sempre encontrava um juiz ou alguém que tinha uma prática inovadora que tinha um resultado ali no cartório dele, na vara. Tanto é que você vai no cartório e funciona um melhor que o outro, não é?

T.R. – É, um não tem nada com o outro.

S.R. – Não tem nada.

T.R. – Um é todo arrumado, o outro é todo bagunçado...

S.R. – Tudo assim. Então, a gente ficava achando que deveria existir uma forma de você valorizar essas pessoas que tinham essas...

T.R. – Ideias.

S.R. – Essa vocação para a gestão, não é? Essa vocação para inovação. Então, o Innovare foi criado para isso. Para a gente tentar identificar isso, premiar essas pessoas, valorizar, tornar essas práticas conhecidas e também, aí a segunda etapa do projeto, é difundir isso, não é? Então, a gente, a GV fazia parte desse projeto, depois acabou se afastando, mas aí... porque a ideia nossa era fazer com que esse banco de dados, esse acervo do Innovare pudesse ser utilizado para ser implementado em outras localidades, em outros... então se você premia um juiz lá do Piauí, por alguma coisa inovadora, aquela prática pode ser transportada para outro estado, para outro lugar e tal...

T.R. – É, é.

S.R. – Desde que o outro juiz de lá conheça, não é, e tenha interesse nisso. Então, a impressão que eu tenho é que o Innovare é uma ferramenta assim que ainda vai ter muita repercussão. Então, todos os projetos, essa frente nossa, de melhoria da gestão do Judiciário a gente acabou focalizando nesse Innovare, que é uma coisa que hoje continua existindo e a gente criou esse Instituto para que esse projeto continuasse existindo independentemente das pessoas, e do governo e tal...

T.R. – É, é.

J.M. - É, é.

S.R. – É como se a gente tivesse pego... por isso que estou falando disso, tivesse pego aquele projeto e atribuições da Secretaria da Reforma e trouxesse para fora, entendeu? E dali de fora, a gente continuasse fazendo o que a gente já fazia lá dentro, não é?

T.R. – Ah, legal...

S.R. – É, é legal.

T.R. – E o CNJ de alguma maneira não... não é só uma questão de apoio, mas ele reforça um pouco isso do Prêmio, não é?

S.R. – É, é. Tanto é que nós vamos... é o que vai ser feito agora, entendeu? Vai ser assinado um convênio do Innovare com o CNJ exatamente para viabilizar projetos comuns, entendeu? Porque o Innovare tem um... como foi criada uma entidade, que é uma associação civil, privada, ela tem agilidade, não é? Ela pode receber dinheiro de fora...

T.R. – Claro.

S.R. – Então, ela tem condições de fazer coisas que dentro da administração pública você não consegue fazer. Então, ela tem a agilidade e o CNJ tem a institucionalidade, vamos dizer assim. Então, nenhum dos dois acabou fazendo com que a coisa funcione bem, não é?

T.R. – É, é. Não, e as próprias metas que ele coloca, não é? O pessoal usando um pouco das práticas...

S.R. – É... e... esse Innovare [inaudível] uma coisa muito importante...

T.R. – Para resolver isso, não é?

S.R. – Para vocês terem uma ideia, o júri, agora tem uns vinte membros hoje, e tem três ministros do Supremo que são...

T.R. – É, é.

S.R. – Tem quatro do STJ. Quer dizer, ficou uma coisa importante mesmo, é uma coisa que tem uma certa respeitabilidade. É legal.

T.R. – Não, é. Aqui, eu conheço porque como eu te falei... já bem próximo. Mas falam...

S.R. – Você falou com o pessoal aí.

T.R. - Já bem próximo. Mas falaram... muito pouco.

S.R. – É, eu falava que não se poderia deixar de falar disso porque eu acho que é uma coisa que nós tínhamos lá e... e como o CNJ... essas coisas continuam existindo, não é?

T.R. – Com certeza. E só uma última pergunta. Você tem mais alguma?

J.M. – Não.

T.R. – A ideia inicial dessa reforma do Judiciário... ela... no início, não é, com essa questão, até antes mesmo da criação da própria Secretaria, passava por uma coisa de moralidade, não é? Que é o que veio à tona com a CPI, da questão da corrupção e tal. Só que quando a Secretaria

é criada, esse tema já não é lá da ordem do dia. O maior, da ordem do dia, e que ainda se mantém até hoje, é mais a questão mesmo da morosidade. É isso mesmo ou não? Existia também uma preocupação da Secretaria com o...

S.R. – Não. Eu acho que existiam duas coisas. Eu acho que as funções... aí tem a ver com a atuação do Conselho mesmo, não é? O Conselho tem basicamente dois tipos de atribuição. Uma é a questão disciplinar. A outra, a questão do planejamento, não é? Se fosse for identificar lá na Emenda Constitucional...

T.R. – É, é...

S.R. – Essas duas aí. É... os dois blocos de atribuição são esses, não é? Disciplinar e planejamento. O que ocorreu durante o processo aí é que, na verdade, a resistência vinha muito mais por conta do assunto disciplinar...

T.R. – Durante esse...

S.R. – Do que por conta do planejamento. Então, os discursos, a nossa intervenção era muito mais no sentido do planejamento porque é ali que tinha menos resistência, vamos dizer assim. Mas eu sempre achei importante as duas coisas. Tanto é que eu tinha uma avaliação no começo da atuação do Conselho... eu cheguei até a escrever um artigo...

T.R. – É, é. A gente tem...

S.R. – Criticando a atuação do Conselho, porque o Conselho, ele...

T.R. – Da parte disciplinar, não é?

S.R. – Porque a parte disciplinar deixou muito a desejar. É, e eu cheguei a escrever dizendo isso. Porque não é possível que um órgão que já funciona há dois anos, sei lá, três anos e não consiga localizar um juiz que tenha cometido uma falta disciplinar ainda? Era um negócio

estranho, não é? Então, havia ali um processo, meio de engavetar as denúncias no início. Então, eu não acho que tenha nenhuma das duas atribuições tem...

J.M. – Tem precedência.

S.R. – Tem precedência. As duas são igualmente importantes. O que se fez foi tentar minimizar esse papel disciplinar e acho que a composição do Conselho, como acabou prevalecendo, prejudicou essa atuação disciplinar, certamente porque o espírito de corpo, o corporativismo e tal do órgão vai acabar prevalecendo sempre, não é? Então, essa é uma das razões que eu sempre achava que a composição poderia ser pelo menos mais igualitária, de pessoas de fora, de dentro e tal, não é?

T.R. – É. O que a gente já identificou em uma das entrevistas assim como, já entrando um pouco na segunda parte, mas... é que o grande problema do CNJ na primeira gestão foi ter colocado como corregedor do CNJ uma pessoa que, não é, o ministro do STJ, que era contra o Conselho.

S.R. – É, pois é.

T.R. – Então, o que ele pode fazer...

S.R. – É, é... é uma coisa... o que ele pode fazer é... fazer...

T.R. – Ele fez!

S.R. – Não é? E aí mais que isso, não é? Eu acho que havia um propósito ali quase de fazer com que o CNJ se desacreditasse, não é?

T.R. – Exato. Não funcionasse e...

S.R. – Não funcionasse e por conta disso ele acabasse morrendo e...

T.R. – É, é. O governo sentiu isso também?

S.R. – Ah, claramente que sim. A gente... eu estou dizendo que eu defendia pessoalmente para que o órgão pudesse cassar juízes, não é? Fazer com que... e isso não passou. Eu achava que era importante porque ele tinha que ter uma atuação... hoje o que o CNJ pode fazer é aposentar juiz...

T.R. – Aposentar...

S.R. – Com vencimentos, não é? Então, sem perda de vencimento. Então, isso é uma coisa que eu nunca encontrei, para falar a verdade, nenhum juiz que defendesse. Acho que não.

T.R. – É.

S.R. – Mesmo os mais...

T.R. – É, não... é porque a gente já...

J.M. – A exoneração...

S.R. – É, eu acho que isso aí...

T.R. – Porque a gente já...

S.R. – Eu não sei se... eu não me lembro de nenhuma...

T.R. – O que a gente achou nesse caso foi até o voto da Ellen, que ela deixa isso claro, é o seguinte: “Olha, o CNJ não é uma interferência, não chega a ser uma afronta tão grande à independência do Judiciário...”

S.R. – “Porque não pode nem isso”.

T.R. – “Porque ele não pode exonerar. Porque aí se pudesse, aí seria”.

S.R. – Pois é, isso é verdade, isso não é verdade?

T.R. – Talvez, talvez tenha...

S.R. – Isso que eu estou falando que foi mediação possível. Então...

J.M. – É, é.

T.R. – É.

S.R. – Foi aquilo que eu falei no início...

J.M. – Senão, não ia.

T.R. – Bom, até aí pode...

S.R. – É... é... se ele pudesse... ao menos que... se pudesse não passaria e se tivesse uma composição diferente, também não passaria.

T.R. – Também não passaria.

S.R. - Então, esses dois pontos é que ficaram... por conta disso é que ficou aí de dez anos sem passar, não é? E eu acho que também - isso é uma avaliação muito pessoal minha - que se a gente tivesse insistido contra a súmula vinculante eu acho que também não teria passado.

T.R. – Não teria passado.

S.R. – Porque ficou uma coisa meio pela outra, entendeu?

T.R. – É porque, na negociação, você tem que ceder, não é?

S.R. – É, tem que ceder, não é? E eu, sobre a questão da súmula vinculante, eu hoje em dia acho que isso é bobagem, eu acho que é.

T.R. – Foi, foi uma das...

S.R. – É, é... porque no fundo é importante. A gente tem que pensar em formas de fazer com que o Judiciário receba menos processos, não é? Quer dizer, tem que propor formas alternativas de solução de conflito, esse tipo de coisa. E tem que fazer com que as decisões sejam mais ágeis, não é? Mais condições de decidir com rapidez, do jeito que é não dá, não é?

T.R. – Não, não... está difícil. Não, então está bom.

M.J. – Está bom. Eu queria agradecer então.

S.R. – Eu que agradeço...

T.R. – Obrigada.

M.J. - Tira. Agora, nós temos aqui, na verdade, a carta de cessão dos direitos para a gente poder arquivar o depoimento. Só precisamos de uns dados do senhor. Você pode preencher...

[FINAL DO DEPOIMENTO]